

O ANTAGONISTA POMBAL E O DISCURSO DE DEFESA DA FORMAÇÃO DO ESPÍRITO CIENTÍFICO

RESUMO

O presente artigo está articulado a um projeto que prevê uma renovação ou reescrita dos estudos pombalinos, através do acesso aos documentos que foram produzidos à sua época, bem como a verificação da produção de literatura realizada por vários dos intérpretes da sua política desenvolvimentista e reformista, que desenharam o Marquês em representações ora como estadista defensor da modernidade e dos ideais iluministas, ora como desprezível ministro que implodiu o sistema de ensino português. Os ecos das finalidades da sua proposta de poder, fundamentam a supremacia do seu discurso e da sua influência nos rumos de Portugal e suas colônias. Portanto, esse personagem representou a oposição contra o protagonismo jesuítico vigente e a construção de uma nova identidade nacional gestada sob a luz da ciência e da razão, com lócus privilegiado para a Universidade de Coimbra.

Palavras-chave: Marquês de Pombal. Políticas Públicas. Reformas Pombalinas.

THE ANTAGONIST POMBAL AND THE DEFENSE DISCOURSE FOR THE FORMATION OF SCIENTIFIC SPIRIT

Abstract

This paper is linked to a project that foresees a renewal or rewriting of Pombaline studies, through the access to documents that were produced at that time, as well as the verification of literature production carried out by several of the interpreters of the Pombaline developmental and reformist policy. These scholars drew the Marquis into representations, whether as a statesman defending modernity and the Enlightenment ideals or as a despicable minister who imploded the Portuguese education system. The echoes of the purposes of his proposal for power underlie the supremacy of his speech and his influence in the direction of Portugal and its colonies. Therefore, this character represented the opposition against the current Jesuit protagonism and the construction of a new national identity, created in the light of science and reason, with a privileged locus for the University of Coimbra.

Keywords: Marquis of Pombal. Public policy. Pombaline reforms.

EL ANTAGONISTA POMBAL Y EL DISCURSO DE DEFENSA DE LA FORMACIÓN DEL ESPÍRITU CIENTÍFICO

Resumen

Este artículo está vinculado a un proyecto que prevé una renovación o reescritura de los estudios pombalinos, a través del acceso a los documentos que se produjeron en ese momento, así como la verificación de la producción de literatura realizada por varios de los intérpretes de su política de desarrollo y reformista, que dibujó al Marqués en representaciones, a veces como estadista defendiendo la modernidad y los ideales de la Ilustración, ahora como un ministro despreciable que implosionó el sistema educativo portugués. Los ecos de los propósitos de su propuesta de poder subyacen en la supremacía de su discurso y su influencia en la dirección de Portugal y sus colonias. Por lo tanto, este personaje representaba la oposición contra el actual protagonismo jesuita y la construcción de una nueva identidad nacional creada a la luz de la ciencia y la razón, con un lugar privilegiado para la Universidad de Coimbra.

Palabra-clave: Marqués de Pombal. Políticas públicas. Reformas pombalinas.

INTRODUÇÃO

Pensar em um Pombal antagonista pressupõe entender o papel político que ele precisou desempenhar enquanto ministro do Rei D. José I, na oposição aos Jesuítas, que detinham um poder acumulado ao longo de mais de duzentos anos, principalmente no cenário educacional, foco do presente artigo.

Antagonista¹ é quem atua em sentido oposto e/ou adversário. Logo, tem a ver com oposição de ideias e princípios. Um antagonista é um personagem ou uma instituição que representa a oposição contra a qual o protagonista tem de lutar (Ferreira, 2008).

A expulsão dos Jesuítas do território português e suas colônias, em 1759, pelo Marquês de Pombal, é fundamentada por uma série de argumentos que, hipoteticamente, teriam levado Portugal a uma situação de decadência econômica e cultural, frente ao panorama europeu. Mediante uma construção própria e muito particular de narrativa entre o personagem principal, que entendemos ser os Jesuítas, e aquele que faz oposição, Pombal, compreendemos que tal associação está configurada em uma relação protagonista-antagonista.

Não há de se vislumbrar um pensamento antagônico sem antes existir aquele que protagonizou alguma situação anterior que lhe conferiu destaque. Convém salientar que os Jesuítas tinham como objetivo a disseminação da fé católica pelo mundo. Os Jesuítas foram responsáveis pela fundação de inúmeras instituições de ensino, e esses colégios instalados de forma sistemática, constituindo-se em um dos principais canais para possibilitar a massificação dos ideais cristãos. Com ação incisiva na educação e em atividades agrícolas, a Companhia de Jesus acumulou expressivos bens e prestígio, tendo gerado, desse modo, conflitos de interesses com a Coroa portuguesa.

O local de origem de produção de certos discursos é sempre determinante para a criação de uma retórica em benefício próprio. Essa estratégia serviu de representação do poder do qual o Marquês de Pombal esteve investido. Com seu domínio, ele foi capaz de usar artifí-

cios que modelaram uma imagem incontestável na história portuguesa. Pela narrativa que utilizou de homem responsável pelo progresso do seu país, entrou para os anais como aquele que buscou promover as mudanças que trariam felicidade e o progresso ao seu povo.

Com o objetivo de trazer as vozes que ecoam em textos e na legislação sobre o período pombalino, foi estruturado um projeto denominado “Pombalia”, que buscou (e busca) fazer o levantamento de toda a obra escrita sobre o Marquês de Pombal, para uma futura edição criticamente anotada, que possibilitasse uma renovação dos estudos pombalinos. A proposta de uma investigação robusta e sistemática pretende resultar na edição de uma obra, composta por 32 volumes, liderada pelo professor José Eduardo Franco e uma equipe multidisciplinar e subdividida entre pesquisadores de diversas nacionalidades.

ANTAGONISTA VERSUS PROTAGONISTA

As justificativas fundamentadas por Pombal na eleição dos Jesuítas como inimigos da nação só foi possível pela utilização de uma narrativa contundente e agressiva em documentos oficiais e peças legislativas que compuseram o alicerce de construção de uma nova identidade nacional. Como estratégia principal, foi preciso desconstruir o passado, criando uma cortina de fumaça sobre ele, para deixar subentendido que foram os Jesuítas os principais responsáveis por Portugal ser considerado um país atrasado economicamente em relação às grandes potências França e Inglaterra.

As reformas pombalinas aconteceram no contexto do Iluminismo como um movimento intelectual que objetivava defender o domínio da razão sobre as crenças religiosas que dominavam a Europa desde a Idade Média. Essa foi a base sobre a qual foi alicerçado todo um discurso antagonista. Sem a compreensão da conjuntura da governação de Pombal, não é possível estabelecer as intencionalidades, interpretar o projeto de poder e absorver as políticas públicas instituídas em Portugal e suas Colônias no século XVIII.

Portanto, após a expulsão dos Jesuítas, o Estado português assumiu a tarefa de oferecer o ensino, instituído

através do Alvará de 28 de junho de 1759. Essa promulgação foi responsável pela implantação das reformas nos Estudos Menores, pelo estabelecimento da exigência de concursos para a seleção de professores régios, bem como pelas diretrizes de uma nova proposta educativa centralizadora. Assim, a educação passou a ser protegida pelo Estado e encarada como um dever público baseado no florescimento das ciências e do homem.

Pelo discurso pombalino, os Jesuítas representavam um passado a ser enterrado definitivamente e, de preferência, ridicularizado, por simbolizarem o obscurantismo religioso em crenças e superstições. Portanto, tirar a nação dessa condição de devoção era elemento *sine qua non* dentro dos propósitos de modernizar o país, o que somente seria possível com a destituição dos Jesuítas da alta patente que ocupavam no território português.

O protagonismo dos Jesuítas vinha do amontoado de riquezas e da metodologia de ensino, dentre outros tipos de prestígio acumulado durante décadas de atuação na educação, na economia, na cultura e na política.

Os jesuítas, em virtude do número e do valor de suas propriedades, do governo temporal sobre as numerosas aldeias das missões e da utilização da mão-de-obra de muitos outros povoados indígenas, detinham um capital e um poder havia muito cobiçado pelos colonizadores portugueses do Grão-Pará e Maranhão [...] Como seus colegas em todo o Brasil, os jesuítas, além das suas atividades religiosas, administravam uma operação comercial de considerável sofisticação que resultava de anos de acumulação de capital, reinvestimentos e administração cuidadosa (Maxwell, 1996, p. 58-59).

Portanto, não interessava aos ideais reformistas de Pombal, manter a condição privilegiada da Companhia de Jesus, dentro de uma conjuntura de poder que passou a ser conflitante. O Marquês governou perante a luz da razão, sendo atribuída a ele uma autoridade de natureza divina, bem alicerçada na ideologia polí-

tica do despotismo esclarecido. Essa posição lhe conferia domínio religioso, que permitia uma autoimagem idealizada, regalista e incorporada de um poder sem limites, até mesmo de ordem moral, que era orientada para a maior glória do rei, para a autoridade suprema do Estado e para o bem dos súditos, os quais careciam da condução absoluta dos governantes esclarecidos para obterem a luz do progresso e da harmonia social (Franco, 2006). Tal discurso antagônico foi, a partir de então, voltado a atribuir à Companhia de Jesus todos os males e infortúnios da educação na metrópole e na colônia, sendo os inicianos inexoravelmente responsabilizados pela decadência econômica, cultural e educacional imperante na sociedade portuguesa.

Devemos compreender que, na perspectiva iluminista setecentista, o ensino jesuítico era compreendido como ineficaz para atender às exigências de uma sociedade em transformação e representava declínio, ruína, derrocada e atraso ao progresso do homem. Ou seja, ele refletia o subdesenvolvimento que acabou fundamentando o plano reformista de Pombal. Essa é a razão pela qual a historiografia do período pombalino apresenta aspectos que promovem uma dualidade constante, oriunda das representações adotadas pelos pesquisadores dessa época.

A proposta do projeto Pombalia em reunir pesquisas diversas sobre o período pretende clarear um tempo que os anos escureceram. Enquanto alguns autores acreditam que foi destituído todo o sistema cultural apoiado na estrutura colonial do ensino jesuítico, outros autores consideram Pombal como herói, estadista e visionário. Portanto, como saber quem foi Pombal? A pesquisa histórica convoca-nos para uma visão mais ampliada e, ao mesmo tempo, especializada dessa personalidade histórica e de sua atuação.

Para desconstruir o velho paradigma, foi necessário estabelecer um alvo. O surgimento de um novo modelo partia do entendimento de que a ação jesuítica foi um erro de consequências terríveis. Com a identificação do inimigo a ser combatido, a justificativa para uma mudança radical na maneira de se conceber a educação estava definida. Para começar, foi importante

determinar um antes e um depois. Muito mais do que a definição de novas práticas pedagógicas, as mudanças prometidas tinham o propósito de estabelecer um marco fundacional e um ponto de partida nas vicissitudes propostas, a saber, as reformas pombalinas.

Os estudos de Franco (2006) tem se referenciado por discutir a ambiguidade que caracterizou a historiografia pombalina na classificação de um Pombal às vezes herói e outras vezes vilão, o que acabou por mitificar uma das figuras mais paradoxais da história luso-brasileira.

A persistência do movimento antijesuítico fica longe de se esvanecer de se esvanecer com a queda do Marquês de Pombal, associando-se naturalmente ao filopombalismo que se perpetuará em implicação mútua na exaltação da memória da obra política de Carvalho e Melo, o que passou a acontecer mormente em razão das suas medidas antijesuíticas e antipapistas e, paradoxalmente, nos ambiente ideológicos teoricamente opostos à ideologia política do absolutismo esclarecido perflhada pelo Ministro (Franco, 2006, p. 19).

O discurso pombalino colocou o ensino jesuítico como ineficaz para atender às exigências de uma sociedade em transformação, representando o atraso, a estagnação, a obscuridade ao progresso do homem. Homem que, nesse cenário de século das Luzes, era imprescindível como um objeto de ciência (Falcon, 1993). Para moldar esse novo ser, a universidade foi instituída para ser esse grande útero. O estado-mãe estava pronto para dar à luz uma nova civilização, com sólidos conhecimentos científicos que conduziram Portugal à modernidade e ao progresso.

O enxovalhamento cabal pelo qual foram acometidos os Jesuítas é envolto por algumas hipóteses. Uma delas diz respeito ao processo de catequese dos índios no Brasil e toda uma estrutura que foi montada durante os anos, com estabelecimentos de igrejas e comércio, além

de escolas e toda uma sociedade organizada e em plena atividade. Com toda essa edificação, a Companhia de Jesus decidiu não obedecer a determinação de sair e ceder toda sua conquista a Portugal².

Constitui um dos capítulos ainda nebulosos do reinado de D. José I o que respeita à expulsão da Companhia de Jesus da metrópole e das terras do Ultramar. Se pode reconstituir-se, com mais ou menos precisão, o desenrolar do processo, muitas sombras permanecem quanto às motivações que levaram o secretário de Estado, com o declarado apoio régio, a declarar uma luta de morte aos padres Jesuítas. O espanto é maior, quando se sabe que Carvalho e Melo, nos anos de 1740 a 1750, manteve relações de amizade com alguns dos mais cotados inicianos, como os padres João Baptista Carbonne e Manuel de Azevedo. O tratado luso-espanhol de 1750, para a definição dos limites do Brasil, abriu a guerra entre a coroa e os jesuítas. Estes diziam-se prejudicados na obra de missão e aldeamento dos índios, pelas medidas autoritárias de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal e ao tempo governador do Grão-Pará e Maranhão (Serrão, 1982, p. 99-100).

Logo, a questão dos limites territoriais poderia ser considerada a maior motivação da luta que Pombal travou contra os Jesuítas. Outra hipótese foi o episódio do atentado contra a vida do rei D. José I, pelo qual os Jesuítas foram considerados suspeitos, juntamente com membros da nobreza².

Mesmo diante de uma narrativa tão categórica e esmagadora, não podemos deixar de relativizar esse ataque contundente à Companhia de Jesus. É importante entender as finalidades das propostas de caráter iluminista que serviram de fundamentação para que Pombal descrevesse, nas peças legislativas, o alicerce para a construção da identidade nacional portuguesa.

A FORMAÇÃO DO ESPÍRITO CIENTÍFICO E A REFORMA UNIVERSITÁRIA

A construção de um espírito científico, na visão de Bachelard (1996, p. 29), deve formar-se contra a natureza, ou seja, contra o arrebatamento natural e contra o fato corriqueiro. O espírito científico deve formar-se enquanto se reforma. Destarte, ao estabelecer um saber menor, baseado em dogmas religiosos e fé cristã, Pombal determina, em sua retórica, um novo cânone de estudos, contrário ao que estava posto e, agora sim, rumo ao esclarecimento e à ideia de um mundo testado em laboratório, como podemos perceber no trecho a seguir:

Mando, que na Universidade se estabeleça um Observatório; assim para que os Estudantes possam nele tomar Lições de Astronomia Prática; como também para que os Professores trabalhem com assiduidade em fazer todas as Observações, que são necessárias para se fixarem as Longitudes Geográficas; e rectificarem os Elementos fundamentais da mesma Astronomia [...]. (ESTATUTOS, III, 1972, p. 213).

Robustecendo esse discurso expresso em sua propaganda reformista, algumas palavras são bastante utilizadas, tais como Europa e Jesuítas (Franco, 2006), citadas para designar o bem e o mal, o certo e o errado. Falcon (1993) aborda a questão da modernidade como uma contraposição entre os antigos e os modernos, antagônicos entre si, sendo que o moderno apontava para a construção de uma visão de mundo completamente inovadora, partidária da razão, em detrimento da religião, que fundamentou o conflito entre o divino e o humano.

Onde há trevas, que se faça luz. Muito mais do que uma certeza retórica, o discurso pombalino induz que o conhecimento vai libertar o homem da escuridão, abrindo as portas para a felicidade. E onde buscar esse conhecimento libertador? Nos bancos das universidades e, no caso português, da Universidade de Coimbra. Na propaganda pombalina, a própria universidade teria sido um meio, figurado de forma tão irreal quanto miti-

ficada, para prevalecerem as consciências, corromper a religião e dominar o planeta (Franco, 2008). O primeiro ministro de D. José I reformou completamente a Universidade de Coimbra, pondo-a, segundo seu próprio discurso, a par dos estabelecimentos científicos daquele tempo no estrangeiro.

Porém, antes de assumir a pedagogia na Universidade de Coimbra, houve uma construção de vários documentos que fundamentaram e validaram a referida reforma. Antes mesmo do discurso pejorativo aos Jesuítas, pelo texto denominado “Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra”, há duas obras anteriores que já instigavam um insulto ao modelo jesuítico. Os escritos são: a *Dedução Cronológica e Analítica* (1767), concebida em forma de memorial, e a *Origem infecta da relaxação moral dos denominados jesuítas* (1771), documentos contundentes que sancionam os malefícios ocasionados pelos Jesuítas à nação lusitana.

Diante de todo esse preâmbulo, é possível perceber as intencionalidades do novo plano educacional, impregnado de bases filosóficas e pedagógicas antagônicas ao modelo até então vigente. Todo o discurso pombalino se ocupou em destruir a imagem dos Jesuítas, a fim de sobrelevar as reformas do Marquês, que eram identificadas como progressistas e contendo elementos essenciais para a promoção da felicidade e da modernização do país. Essa ênfase pode ser atestada na primeira parte do *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, conforme veremos:

Já não há, por felicidade nossa, neste presente tempo, quem possa duvidar com alguma aparência de razão de que todos os estragos, que no Moral e no Físico desta Monarquia se viram no meio dela amontoados pelo longo período dos últimos dois séculos, foram horrorosos efeitos das façanhas atrocidades dos denominados Jesuítas (In: *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, 2008, p. 107).

As referidas atrocidades estiveram presentes no ataque à ética e à dialética de Aristóteles, que é definido como

“nocivo filósofo” (In: *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, 2008, p. 251), e respaldaram as críticas inerentes à escolástica, tanto no texto do *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* quanto nas publicações dos *Novos Estatutos de 1772*. Através do discurso pombalino, com forte apelo de mobilização da opinião pública, havia o argumento antijesuítico, de grande produção e publicidade³. Nunes (2013) aponta que a nova proposta se preocupava com a utilidade do conhecimento e com o saber de outras ciências na formação de um profissional mais preparado para atender aos anseios do Estado. O método antigo (jesuítico) foi combatido e confrontado com a proposta do método demonstrativo nos estudos reformados.

Seu objetivo superior foi criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa (Carvalho, 1978, p. 139).

Ao arquitetar e reformar a Universidade de Coimbra, conseqüentemente, estabelecendo um cânone da educação superior, Pombal vislumbrou renovar as faculdades de Teologia e de lei canônica, incorporar o estudo de fontes portuguesas na faculdade de Direito e atualizar a faculdade de Medicina, pouco procurada por alunos, fazendo voltar o estudo de Anatomia, por intermédio da dissecação de cadáveres, além de criar duas novas faculdades, a de Filosofia e a de Matemática.

As projeções otimistas e proeminentes de Pombal estão refletidas nas palavras do discurso, que se constituiu no objetivo e na razão de ser da Universidade, do próprio reitor reformador, conforme veremos:

Não se deve olhar a universidade como um corpo isolado e concentrado em si mesmo [...], mas sim como um corpo formado no seio do Estado, por meio de Sábios, que queria difundir a Luz da Sabedoria por todas as partes da Monarquia para animar e vivificar todos os ramos da Administração Pública e para promover a felicidade dos

homens, ilustrando os seus espíritos com as verdadeiras noções do justo, do honesto, do útil e do decoro, formando os seus corações na prática das virtudes sociais e cristãs, e inspirando-lhes sentimentos de humanidade, de religião, de probidade, de honra e de zelo pelo bem público. [...] As ciências não podem florescer na Universidade, sem que o Estado floresça, se melhore e se aperfeiçoe⁴.

As ações contidas no planejamento pombalino sancionam à universidade um importante papel no processo de formação do Estado, tendo em vista o desenvolvimento de pessoal para ocupar os quadros burocráticos e a difusão de cultura, por uma política educacional estruturada e ordenada. Uma das conseqüências de sua intervenção foi a regulamentação da profissão docente, com os professores remunerados pelos cofres públicos, atestada por Maxwell (1996) na afirmação de que a mudança mais importante que Pombal iniciou foi a reforma da Universidade de Coimbra, porque via as reformas educacionais como um meio de dar continuidade ao impulso modernizador, ao transformar e reformar a mentalidade dos funcionários públicos portugueses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma universitária pombalina apontou novo impulso aos estudos, seja na ampliação de prédios, seja reformulando a estrutura dos assuntos ministrados. Ela simbolizou o novo, o moderno, tendo em vista que as propostas intencionavam colocar Portugal numa posição de maior destaque na Europa.

Podemos considerar que a educação foi firmada como tarefa principal do aparelhamento legislativo, fundamental para a concepção da identidade nacional, representada por um Estado forte e soberano, cujas instituições educacionais se tornaram os lócus da criação desse Estado, pela imposição de um ideário protonacionalista. Portanto, a Universidade de Coimbra assumiu a função de força motriz do progresso, alicerçada na ciência e nos ideais iluministas que dariam suporte a um projeto de nação, pois a Universidade foi pensada como pilar de um Estado em desenvolvimento.

É importante, ainda, perceber o discurso dúbio da fé e da ciência presente no preâmbulo da legislação pombalina. A nova proposta educacional estabelecida pelo Alvará de 28 de julho 1759, com a qual, ao mesmo tempo em que era extinto o ensino dos Jesuítas, eram instituídas as aulas régias de latim, grego e retórica, com ênfase ao estudo da língua nacional⁵.

Cabe, em última análise, relativizar também o ataque imperativo aos Jesuítas, classificados como inimigos públicos da nação lusitana. Tal sequência de ofensas deve ser entendida sob a ótica do momento, tendo como norte as finalidades das propostas de caráter iluminista. Dessa forma, torna-se possível uma maior compreensão acerca da justificativa encontrada e fundamentada por Pombal em peças legislativas que compuseram o alicerce para a construção da identidade nacional portuguesa e que instituíram no seu discurso o seu ideal, paradoxalmente de olho no futuro, mas valendo-se do passado ou da sua desconstrução proposital.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BRANCO, C. C. **Perfil do Marquês de Pombal**. Porto: Porto Editora, 1882.
- CARVALHO, L. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: Editora Saraiva, Ed. USP, 1978.
- ESTATUTOS da Universidade de Coimbra 1772. Coimbra: Universidade de Coimbra, v. I, II e III, 1972.
- FALCON, F. **A época pombalina**. São Paulo: Ática, 1993.
- FERREIRA, A. **Miniaurélio**: o mini dicionário da língua portuguesa dicionário. 7ª ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.
- FRANCO, J. **O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)**. Volume I. Das Origens ao Marquês de Pombal. Lisboa: Gradiva, 2006.
- FRANCO, J. A reforma pombalina da Universidade Portuguesa no quadro da reforma anti-jesuíta da Educação. In: FRANCO, J. E. **Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra**. Porto: Campo das Letras Editores S.A., 2008.
- MAXWELL, K. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- NORTON, José. **O último Távora**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.
- NUNES, C. **A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.
- OLIVEIRA, L. (Org.) **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas**: suas implicações na educação brasileira (1757-1827). Maceió: EDUFAL, 2010.
- SERRÃO, J. V. **O Marquês de Pombal**: o homem, o diplomata e o estadista. Lisboa; Oeiras; Pombal: Câmaras Municipais, p. 99-100, 1982.

NOTAS

- 1 Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o mini dicionário da língua portuguesa dicionário. 7ª ed. Curitiba: Ed. Positivo; 2008.
- 2 Sobre o assunto, ver o livro de Camilo Castelo Branco (1882), *Perfil do Marquês de Pombal*, que caracteriza Pombal como um tirano sanguinário. Também sobre esta perseguição de Pombal, ver *O último Távora* (2008), de José Norton, que, em forma de romance, conta a saga da família Távora e do seu algoz, o Marquês de Pombal.
- 3 Podemos também fundamentar a ideia de propaganda pela criação da Imprensa Régia, pelo Alvará de 1768.
- 4 Discurso de Francisco de Lemos, Relação Geral do Estado da Universidade desde o princípio da Nova Reformação até ao mês de Setembro de 1777, Coimbra, 1980, p. 232 apud *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* (2008, p. 53-54).
- 5 Um dos atos administrativos mais relevantes do Marquês de Pombal para o Brasil foi a Lei do Diretório de 03.05.1757, que estabelecia novas relações com os índios para promover-lhes a emancipação e melhorar-lhes as condições de vida, sendo em agosto de 1759 esta lei renovada através do Alvará que tornava obrigatório o uso da língua portuguesa. Ver: OLIVEIRA (2010).

A AUTORA

Cristiane Tavares Fonseca de Moraes Nunes é integrante do NEC/Universidade Federal de Sergipe - Projeto PTDC/HAR-HIS/32197/2017 (Portugal). Doutora em Educação (UFS), Mestre em Educação (UFS) e Mestre em Administração (UNEX, Espanha). Realizou estágio pós-doutoral em Educação na Universidade Federal de Sergipe, concluído em 2019. Foi diretora da Faculdade São Luis de França (Aracaju) e exerce docência no Centro Universitário Maurício de Nassau de Aracaju e é colaboradora do Serviço de Atendimento às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/SE.